

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Discussão Aberta

A possibilidade de negociação pelo câmbio livre de 30% a 40% dos contratos de exportação e importação, exceto nas compras de petróleo e trigo feitas diretamente pelo governo, como anunciou o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, representa importante avanço para recolocar a economia brasileira nos trilhos da modernidade.

A liberalização cambial para o comércio brasileiro, em seguida à criação do câmbio-turismo, é apenas uma das importantes medidas que estão sendo discutidas há mais de um ano entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. O principal financiador brasileiro, investido no acordo assinado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores na condição de avalista do desempenho da economia brasileira, está patrocinando, de fato, uma reforma estrutural para o Brasil.

Ao lado da adoção da liberdade cambial, para as exportações, negocia o Brasil com o Banco Mundial a reforma do sistema de tarifas que protege a indústria brasileira do choque competitivo com o exterior. No tocante à reforma comercial, um dos três itens da reforma estrutural, que contempla a reforma do sistema financeiro e ainda um amplo programa de privatização das empresas e atividades estatais, o objetivo do Banco Mundial é processá-la ao longo de alguns anos para ampliar o grau de abertura exterior da economia brasileira. Os três pontos, na visão do Bird, são interdependentes.

Atualmente, visto apenas pelo lado das exportações, o Brasil tem um grau de abertura de onze por cento de seu Produto Interno Bruto. Pelo lado das importações, a taxa cai para modestos 6% do PIB. Ou seja, a competitividade da indústria brasileira ainda não foi colocada em cheque. A fixação de novas alíquotas tarifárias, em substituição a mecanismos de proteção autárquicos, como a reserva de mercado, vai levar a economia brasileira a nova etapa de busca de produtividade e atualização tecnológica.

Na visão dos técnicos do Banco Mundial, o programa de privatização das atividades e empresas estatais tem importante papel a cumprir na reforma estrutural e se casa com a reforma comercial. Uma das pedras de toque do programa de privatização é a perseguição do fim do monopólio estatal — estando a salvo o da Petrobrás, por exemplo — para se estimular a competitividade pelo regime de liberdade de preços.

Um exemplo clássico seria o fim do mono-

pólio do aço-plano pela Siderbrás, a *holding* da siderurgia que só perde em financiamentos do Bird para a Eletrobrás. Nos dois casos, o Bird insiste na abertura das atividades ao setor privado. Como a energia elétrica é o principal insumo do aço e o aço o principal produto beneficiado pela indústria, a privatização gradativa destes dois segmentos, além de permitir o fim do sistema de controle de preços do Conselho Interministerial de Preços, criaria um ambiente de negócios típico de uma economia de mercado.

De quebra, a venda de parte de ativos do Estado ao setor privado facilitaria o saneamento das finanças públicas, pelo cancelamento simultâneo da dívida pública mobiliária utilizada para cobrir os rombos das estatais. Os efeitos desta liberalização de preços na economia, no entanto, só poderiam ser suportáveis passada a ameaça da hiperinflação, tarefa imediata do Plano Verão.

Criado ambiente interno favorável ao investimento privado, entra em cena o terceiro item do plano de reforma estrutural: a reforma do sistema financeiro, que tem como objetivo, da parte do Bird, a internacionalização do mercado de capitais brasileiro. Se tudo der certo, ficará mais fácil, em outra etapa, a troca do endividamento externo bancário por investimentos de capital de risco.

Este quadro que abre um novo cenário para a economia brasileira, no entanto, não tem sido explicado claramente à sociedade brasileira. A Constituinte procurou, desatualizada do processo de modernidade da economia mundial — em que os blocos econômicos antagônicos buscam cooperação — fechar as fronteiras brasileiras ao capital estrangeiro, enquanto, em Washington, técnicos do governo negociavam esse plano com o Bird.

Agora, o Congresso votou o Plano Verão e rejeitou justamente a parte da privatização e de encolhimento do Estado brasileiro que abre campo para uma ampla reforma na estrutura econômica. O modelo de crescimento liderado pelo Estado faliu e gerou a hiperinflação de 70,28% em janeiro. Há que se criar uma nova ordem, tendo por base a economia de mercado liderada pelo setor privado.

O plano do Banco Mundial parece ser um bom caminho para o encontro da modernidade. Deve-se discutir o caminho para ver o que serve melhor ao país. A menos que a classe política brasileira prefira o modelo atual, que levou o Brasil à estagnação econômica e à inflação de mais de 1000% no último ano.